

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A IMPLEMENTAÇÃO DO LETRAMENTO INFORMACIONAL NO CURRÍCULO DO ENSINO FUNDAMENTAL

The Common Curricular Base and improvement in the curriculum for elementary education

Kelley Cristine Gonçalves Dias Gasque

Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, DF, Brasil
kelleycristinegasque@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6039-0571> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Objetivos: Analisar as relações entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a implementação do letramento informacional (LI) no currículo do Ensino Fundamental (EF). Os objetivos específicos são descrever os principais aspectos da BNCC no contexto do EF; analisar artigos científicos que relacionam os temas BNCC e LI no contexto do EF e identificar as implicações da BNCC para implementação do LI no currículo do EF.

Método: A metodologia incluiu a leitura profunda da BNCC (EF) e a descrição dos principais aspectos do documento. A análise dos artigos começou com os procedimentos de leitura diagonal — mais superficiais. Em seguida, realizou-se uma leitura profunda, mais lenta e detalhada, para examinar as suposições, os métodos, as estatísticas e as conclusões. Após essa leitura, foram realizadas a categorização e a análise dos resultados.

Resultados: A Biblioteca Escolar (BE) deve atuar como Centro de Recursos de Aprendizagem (CRA), o que requer estrutura adequada, a presença de bibliotecários e os investimentos em tecnologias e no acervo. Há omissão da BE na BNCC, além da ausência de representantes da biblioteconomia e de especialistas em leitura, dentre outros, para assessoria na elaboração do documento oficial. A implementação do LI na BNCC demanda colaboração entre os bibliotecários-educadores, a dinamicidade da biblioteca, bem como o reconhecimento e a ressignificação da BE pelos documentos oficiais dos sistemas de ensino e do governo.

Conclusões: As propostas em relação à implementação do LI passam pela colaboração bibliotecário-escola, pela oferta de produtos e serviços que propiciem a proatividade da biblioteca, pelo reconhecimento e pela valorização da BE nos sistemas de ensino e nos documentos oficiais do governo. A colaboração entre esses profissionais passa pelo conhecimento de como a BE pode contribuir no processo ensino-aprendizagem e na adoção de currículos flexíveis e globalizadores.

PALAVRAS-CHAVE: Base Nacional Comum Curricular. Letramento informacional. Biblioteca escolar. Educação Básica.

ABSTRACT

Objectives: The specific objectives are to describe the main aspects of the BNCC in the context of EF; to analyze scientific articles relating the BNCC and IL in the EF context; and to identify the implications of the BNCC for implementing IL in the EF curricula.

Method: The methodology involved an initial in-depth reading of the BNCC (EF) and a description of the main aspects of the document. The article analysis was conducted using diagonal reading procedures—starting with a more superficial review, followed by a deep reading that involved a detailed examination of assumptions, methods, statistics, and conclusions.

Results: The School Library (BE) must act as a Learning Resource Center (CRA), which requires adequate structure, presence of librarians and investments in technologies and collections. There is an absence of BEs in the BNCC, as well as of representatives linked to librarianship and reading specialists, among others, in the assistance of the official document preparation process. Therefore, the implementation of IL in the BNCC requires collaboration between librarian-educators, library dynamism, along with the acknowledgement and reframing of BEs in official documents of education systems and the government.

Conclusions: The proposals regarding the IL implementation depend on librarian-school collaboration, on the offering of products and services which dynamism of the library, on the recognition and resignification of BE, and also on education

systems and official government documents. Collaboration between these professionals involves understanding how BEs can contribute to the teaching-learning process and the adoption of flexible and globalizing curricula.

KEYWORDS: National Common Curriculum Base. Information literacy. School library. Elementary Education.

1 INTRODUÇÃO

O Letramento Informacional (LI) diz respeito à capacidade reflexiva, metacognitiva e ética de lidar eficaz e eficientemente com a informação para a tomada de decisão ou resolução de problemas. Abrange conteúdos de aprendizagem (conhecimentos, procedimentos, atitudes e valores) relacionados ao acesso, à avaliação, ao uso e ao compartilhamento de informações, que devem ser desenvolvidos pelos aprendizes da Educação Infantil (EI) ao Ensino Superior (ES) e de forma contínua ao longo da vida (Gasque, 2012, 2017).

Os conteúdos de aprendizagem de LI precisam estar inseridos na organização curricular do sistema de ensino para serem efetivados. O currículo é um instrumento para se pensar o futuro, visto que reflete o que se pretende que os estudantes aprendam, o que se deseja para eles e de que maneira se acredita que possam melhorar (Gimeno Sacristán, 2013). Nesse sentido, o currículo e sua implementação condicionam as práticas educacionais, constituindo-se um elemento formador da realidade, por ser ele que dá forma à educação. Por isso, são poucos os segmentos, os fenômenos e as atividades da realidade escolar, que não estão vinculados ao currículo ou não são afetados por ele (Gimeno Sacristán, 2013).

A inserção dos conteúdos de LI no currículo demanda, dentre vários aspectos, que os professores planejem a organização curricular para integrar esses conteúdos ao currículo formal, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Este documento tem caráter normativo, com o objetivo de nortear os currículos e as propostas pedagógicas das escolas públicas e privadas da Educação Básica (EB) no Brasil. Para tanto, estabelece os conhecimentos, as competências e as habilidades para que os estudantes brasileiros se desenvolvam durante a EB, visando assegurar uma formação integral e uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018).

Este artigo analisa as relações entre a BNCC e a implementação do LI no currículo do Ensino Fundamental (EF) – Anos Iniciais e Anos Finais. Tem como objetivos específicos: (1) descrever os principais aspectos da BNCC no contexto do EF; (2) analisar documentos científicos, que relacionam os temas BNCC e LI no contexto do EF, e por fim, (3) identificar as implicações da BNCC para implementação do LI no currículo do EF.

2 METODOLOGIA

A metodologia incluiu, inicialmente, a leitura profunda da BNCC (EF) como um ato de ler, cuidadosamente, com o exame das suposições, dos métodos, das estatísticas e das conclusões e a descrição dos principais aspectos desse documento (Hanson; Mcnamee, 1999). Posteriormente, ocorreu a identificação de artigos científicos, que relacionam os temas LI e BNCC. Para tanto, foram feitas buscas no Google Acadêmico e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no mês de junho de 2023. Para a seleção dos artigos, foram lidos, a princípio, os títulos e os resumos. No caso de qualquer possibilidade de vínculo com a pesquisa em pauta, era realizada a leitura diagonal, que é mais superficial. As estratégias de buscas estão descritas no Quadro 1.

Quadro 1 – Buscas e seleção de documentos da pesquisa.

Buscas	Ferramentas	Termos usados	Filtros	Quant.	Resultados
1	Google Acadêmico	“Competência Informacional” + “BNCC”	Entre 2018 e 2023 + artigo de revisão	6	6
2	Google Acadêmico	“Biblioteca Escolar” + “BNCC”	Entre 2018 e 2023 + artigo de revisão	918	Avaliação dos 180 primeiros documentos. Seleção de 4 documentos e retirada de 2.
3	BDTD	“Letramento Informacional” + “BNCC”	Entre 2018 e 2023	8	0
4	BDTD	“Competência Informacional” + “BNCC”	Entre 2018 e 2023	1	0
Total				933	8

Fonte: elaboração própria (2023).

Na primeira parte da busca, não foram encontrados documentos contendo títulos com os termos “Letramento Informacional” ou “Competência Informacional” vinculados à BNCC. Foram identificados somente três textos, que vinculam o termo “BNCC” às “Bibliotecas Escolares” ou aos “Bibliotecários”.

Na segunda fase, foram selecionados sete artigos, duas teses e um ensaio, no total de 10 documentos. Porém, depois da leitura diagonal, foram retiradas uma tese e um artigo, culminando em oito documentos analisados. No primeiro caso, por não haver menção na pesquisa do nível de ensino abordado e, no segundo, pelo fato de a BNCC não constituir o tópico de estudo. Os demais documentos foram avaliados e selecionados por meio da técnica de leitura profunda (Hanson; Mcnamee, 1999).

Em seguida, ocorreram a categorização e a análise dos resultados, com o uso da análise de conteúdo, de Bardin (2016), que se refere a um conjunto de técnicas utilizadas para explicitação e sistematização de conteúdos. Esses procedimentos permitem inferir conhecimentos relativos à produção e recepção de mensagens.

3 RESULTADOS

Os resultados descritos neste item estão relacionados com os objetivos específicos.

3.1 Os principais aspectos da BNCC no contexto do EF

A BNCC (Brasil, 2018), homologada pelo Ministério da Educação (MEC), especifica os conteúdos de aprendizagem essenciais, isto é, os conhecimentos, as competências e habilidades, que os estudantes brasileiros devem desenvolver em todas as etapas e modalidades da EB. A BNCC está em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE), de 1996, de maneira, que as crianças e os estudantes tenham seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento assegurados. Aplica-se, pois, ao âmbito escolar e deve ser orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos, delineados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), de 2013 (Brasil, 2018).

Uma característica importante da BNCC tem a ver com o documento ser um produto resultante de vários debates, ocorridos com a sociedade e os educadores brasileiros, por meio dos quais, foram possíveis delinear as dez Competências Gerais da EB, apresentadas resumidamente: 1) conhecimento: valorizar e utilizar os conhecimentos sobre o mundo físico, social, cultural e digital; 2) pensamento científico e crítico: exercitar a reflexão, a curiosidade intelectual e utilizar as ciências com criatividade e criticidade; 3) repertório cultural: valorizar as diversas manifestações artísticas e culturais; 4) comunicação: utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital; 5) cultura digital: compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, e ética; 6) trabalho e projeto de vida: valorizar e apropriar-se de conhecimentos e das experiências; 7) argumentação com base em fatos, dados e informações confiáveis; 8) autoconhecimento e autocuidado: conhecer-se, compreender-se na diversidade humana e apreciar-se; 9) empatia e cooperação: exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação; 10)

responsabilidade e cidadania: agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação (Brasil, 2018).

As Competências Gerais devem ser desenvolvidas pelos aprendizes ao longo da EB e, por isso, permeiam os componentes curriculares. Isso ocorre pela inserção delas por meio das habilidades e aprendizagens essenciais, especificadas na BNCC, além dos conteúdos inseridos nos currículos locais (Brasil, 2018).

A BNCC e os currículos são documentos complementares, alinhados com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 e as DCNs, 2013, que se adequam à realidade local. Os currículos devem incorporar temas contemporâneos – contemplados na BNCC –, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente, de forma transversal, integradora e contextualizada. Essa ideia estabelece conceitos fundamentais, a partir da relação entre o básico comum e o diverso em matéria curricular, isto é, “[...] as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos” (Brasil, 2018, p. 7). Isso significa, segundo o documento citado, que as escolas precisam considerar as demandas e os interesses dos estudantes e elaborar um currículo flexível e adaptável.

A BNCC possui especificidades para cada fase de ensino. O EF atende estudantes dos seis aos 14 anos, com nove anos de duração e estrutura-se a partir das dez Competências Gerais da EB, que por sua vez, estão dispostas nas Áreas do Conhecimento. De acordo com a BNCC (Brasil, 2018), essas áreas são estruturas mais amplas, com objetivo de favorecer o trabalho interdisciplinar e, ao mesmo tempo, preservar as especificidades de cada componente. As cinco Áreas de Conhecimento são Linguagens (composta por cinco componentes curriculares, quais sejam, Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa, sendo esta última somente nos Anos finais); Matemática; Ciências da Natureza (Ciências); Ciências Humanas (Geografia e História); e Ensino Religioso. Cada uma dessas áreas possuem Competências Específicas a serem trabalhadas durante todo o EF, com objetivo de propiciar a articulação entre as áreas, de forma horizontal, ao integrar os componentes curriculares, quanto vertical, na progressão entre os Anos Iniciais e Finais e na continuidade das experiências dos estudantes.

A BNCC do EF – Anos Iniciais precisa estar articulada com as vivências da EI, ao prever as novas relações dos aprendizes com o mundo. Nessa fase, ocorrem importantes mudanças no desenvolvimento das crianças, as quais influenciam a relação delas consigo mesmas, com os outros e com o mundo. Elas possuem maior desenvoltura e autonomia, que aumentam as interações com o espaço, as linguagens, a construção de novas aprendizagens tanto na escola quanto além dela. A afirmação da própria identidade e as

experiências nos diversos contextos estimulam a curiosidade e o questionamento. O trabalho escolar deve ser organizado em torno dos interesses das crianças e de suas experiências para poderem ampliar, de forma progressiva e sistemática, a compreensão do mundo. Isso manifesta-se pela mobilização de operações cognitivas mais complexas e pelas impressões ao apreender o mundo, expressar-se e atuar nele. Um aspecto importante nessa fase é propiciar ao estudante uma transição contínua entre as duas fases do EF, principalmente, pelas mudanças pedagógicas na estrutura educacional, com a diferenciação dos componentes curriculares.

Por sua vez, nos Anos Finais, os estudantes estão em processo de mudança entre a infância e a adolescência, decorrente das transformações biológicas, psicológicas, sociais e emocionais. Nesse período de vida, ampliam-se as conexões sociais e os laços afetivos entre os pares são intensificados, assim como a aprendizagem da sexualidade e as relações de gênero na construção dos próprios valores. Intelectualmente, conseguem raciocinar de forma mais abstrata e de se colocar no lugar do outro, o que favorece a autonomia e o desenvolvimento de valores morais e éticos. A escola precisa estimular o pensamento crítico; instituir novos modos de promoção da aprendizagem; possibilitar maior interação e compartilhamento de significados entre professores e estudantes; educar para o uso mais democrático das tecnologias e participação consciente na cultura digital; bem como propiciar uma formação integral balizadas pelos direitos humanos e princípios democráticos. A escola também pode contribuir, nessa fase, para o delineamento do projeto de vida dos estudantes ao estabelecer interligação com os seus anseios em relação ao futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio (Brasil, 2018).

3.2 Análise dos artigos que relacionam os temas BNCC e LI no contexto do EF

Com a apresentação da BNCC no tópico anterior, faz-se necessário exprimir, brevemente, o conceito de LI. O LI, conforme a *Association of College and Research Libraries* (ACRL, 2016), pode ser entendido como um processo de aprendizagem que inclui a descoberta reflexiva de informações, a compreensão sobre como ocorre a produção, a valorização e o uso da informação na criação de novos conhecimentos, além da participação ética nas comunidades de aprendizagem. As experiências e as pesquisas

sobre o assunto têm ampliado a visão de que a aprendizagem do LI é um processo dinâmico e complexo, que envolve várias disciplinas e diversos campos de conhecimentos.

Atualmente, existem vários modelos de LI. Um dos mais conhecidos, intitulado Padrões de Letramento Informacional no Ensino Superior, proposto pela ACRL (2000), após 15 anos de vigência, passou por várias mudanças com a colaboração de bibliotecários, educadores e pesquisadores. O novo modelo teórico-conceitual (ACRL, 2016) fundamenta-se em um conjunto interligados de conceitos centrais, que são: 1) autoridade é construída e contextualizada; 2) produção de informação como processo; 3) a informação como valor; 4) investigação como processo interativo; 5) comunicação científica como plataforma de diálogo e 6) pesquisa como exploração estratégica. Cada um desses conceitos está atrelado às práticas de conhecimento – experiências relacionadas ao desenvolvimento das habilidades informacionais –, e às disposições, compreendidas como aspectos afetivos, atitudinais ou valorização da aprendizagem. Destaca-se, também, que a estrutura traz o conceito de metacognição – a consciência e compreensão dos processos de pensamentos do sujeito – como um aspecto central do aprender.

Considerando a relação entre a BNCC e o LI, foram realizadas buscas de documentos (artigos, dissertações e teses), descritas na metodologia (seção 2). Foram identificados e selecionados oito documentos. Desses, um traz no título o termo “Literacia Midiática e Informacional” equivalente, nessa pesquisa, ao “Letramento Informacional”, porém, sem o relacionar diretamente com a BNCC; os outros três relacionam os termos “BE” ou “Bibliotecário” com a BNCC. Finalmente, outros quatro artigos vinculam-se à questão da leitura na BE e um trata de integração curricular e a BNCC. Apesar de somente um documento trazer no título um termo equivalente ao “Letramento Informacional”, os demais trazem contribuições para a temática apresentada.

A seguir, no Quadro 2, elencam-se os títulos dos documentos selecionados, os resumos com adaptações e as datas de publicação. Os documentos estão ordenados por data e por ordem alfabética do título.

Quadro 2 –Títulos selecionados para pesquisa, com autoria, resumo e data de publicação.

Títulos/Autoria	Resumo	Data
Sobre asfalto e flores: livro, leitura, literatura e biblioteca no Brasil pós-golpe de 2016. MELO, André Magri Ribeiro de.	Neste ensaio, o autor debate sobre o lugar do livro, da leitura, da literatura e da biblioteca na atualidade, a partir dos impactos das políticas do governo federal e da ascensão político-discursiva da extrema direita brasileira nos processos de democratização do direito à leitura e à cultura escrita. Aponta as conquistas e estratégias de resistência dos grupos e dos movimentos sociais ligados à formação	2018

	de leitores, à cadeia produtiva do livro e à ampliação do acesso à literatura.	
O processo de integração entre a Biblioteca Escolar e o currículo. SILVA, Eduardo Valadares.	Nesta tese, o autor analisa como ocorre o processo de integração da BE ao currículo escolar, por meio de estudos de casos múltiplos, com a coleta de dados das bibliotecárias de duas escolas privadas de EB, em Belo Horizonte. Conclui que a adoção da perspectiva tradicional de currículo pode inviabilizar a integração com a BE. Propõe a adoção de abordagens alternativas de currículo, como o narrativo. São apresentadas 11 categorias analíticas, as quais compõem os fatores, que possibilitam perceber a efetivação da integração das bibliotecas ao currículo escolar.	2019
Promovendo a Literacia Midiática e Informacional no contexto emergente da desinformação: proposta para o ensino fundamental. CERIGATTO, Mariana.	O artigo apresenta pesquisas que buscam articular a Literacia Informacional à Literacia Midiática e a relação com a BNCC. Mostra como é possível articular as habilidades mais comuns dos dois campos de Literacia, e relacioná-los em trabalhos aplicados. A proposta pode ser um caminho para o desenvolvimento da autonomia frente ao ambiente de desinformação contemporâneo e o engajamento responsável na nova esfera digital, que exige a formação de leitores críticos e produtores éticos.	2020
A Base Nacional Comum Curricular e as possibilidades para a Biblioteca Escolar. DUARTE, Yaciara Mendes.	O artigo apresenta caminhos de como as BEs podem oferecer produtos e serviços contextualizados com o currículo escolar e as novas possibilidades que a BNCC aponta. O texto também aborda a invisibilidade do bibliotecário e da biblioteca como parte da construção do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes nas DCNs.	2021
A Biblioteca Escolar como agente potencializador do processo ensino-aprendizagem. LINPISK, Bárbara; CRISTOVAM, Poliana.	Neste artigo, analisa-se a importância da BE no processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa tem natureza qualitativa, englobando uma revisão bibliográfica e um relato de experiência em uma instituição particular da EB do Paraná. Os resultados apontam que o trabalho interdisciplinar e a participação ativa e cooperativa entre o bibliotecário, a coordenação e o corpo docente são imprescindíveis para melhorar os serviços para a comunidade escolar.	2021
O lugar da biblioteca e do bibliotecário na Base Nacional Comum Curricular. PEREIRA, Gleice <i>et al.</i>	No artigo, os autores verificam na BNCC os elementos, que permitem apontar a interlocução entre BEs com as Diretrizes da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA). Os resultados demonstram ausência de um capítulo que trate especificamente das BEs e/ou sobre seu papel. Concluem que a BNCC não traz de maneira evidente a inserção da BE e do bibliotecário no processo educativo formal.	2021
Os (des)equilíbrios dos espaços escolares da leitura: um olhar para o PNBE. GOULART, Ilsa <i>et al.</i>	O artigo apresenta reflexão sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), com foco nos espaços escolares de leitura. Desenvolve-se um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, a partir dos documentos do PNBE e da BNCC para dar visibilidade aos (des)equilíbrios das ações de incentivo à leitura no Brasil nos últimos anos.	2022
A leitura no ensino fundamental na perspectiva da BNCC e a relação com a Biblioteca Escolar. RAMIRES, Angelina Q.; FUJITA, Mariângela S. L.	A BNCC contempla a leitura como um dos quatro eixos fundamentais da linguagem. O artigo apresenta a importância das BEs nesse contexto, com a exemplificação da situação atual das bibliotecas das escolas de EF de Marília-SP, e a importância do bibliotecário para o desenvolvimento de trabalho em conjunto, com docentes e discentes, a fim de promover um maior nível de literacia, melhora da oralidade e da habilidade para a escrita.	2022

Fonte: Elaboração própria (2023).

Os oito documentos foram lidos e foram identificadas as categorias iniciais: 1) “BNCC e a BE”; 2) “conceito de BE”; 3) “saberes necessários ao bibliotecário escolar”; 4) “relação BNCC e leitura”; 5) “relação BNCC e LI/Pesquisa”; 6) “problemas sobre a BNCC”; e 7)

“propostas em relação à BNCC”. Em seguida, foram selecionadas as unidades de análise relacionadas ao tema, isto é, as frases, os parágrafos e/ou as seções, que abordam os temas identificados nas categorias iniciais. Dessas unidades, foram retiradas as expressões-chave, reagrupadas por assunto na categoria intermediária. Por fim, de cada grupo temático, surgiram as categorias finais, condensadas em 25 tópicos. A seguir, as categorias finais são analisadas, em conformidade, com os autores e os fundamentos teóricos da área, apresentadas na próxima seção.

3.3 Implicações da BNCC para implementação do LI no currículo do EF

3.3.1 Categoria inicial “A BNCC e a BE”

Essa categoria trata da frequência do termo “Biblioteca” e de seu sentido na BNCC. Na categoria final, surgiu o tópico “BNCC como documento norteador das atividades na BE”. Conforme os resultados da pesquisa, os autores entendem que a BNCC apresenta orientações para a prática do bibliotecário e as novas possibilidades de atuação. Assim, os produtos e serviços oferecidos devem estar em consonância com o currículo e com a BNCC.

A BNCC apresenta os conteúdos essenciais a serem apreendidos por estudantes na EB brasileira. Neste sentido, o currículo configura-se como o percurso estabelecido por cada instituição educacional para o desenvolvimento das competências e habilidades propostas pela BNCC (Brasil, 2018). De forma mais ampla, o currículo desenvolve-se a partir de um contexto histórico, das relações de poder, das estruturas econômicas, políticas e ideológicas, além de atuar como uma forma institucionalizada de disseminação cultural de uma sociedade (Viegas; Santana; Noda, 2020). Opera, então, como processo condicionador da prática educativa sendo, portanto, um componente formador da realidade do sistema educacional. Pode-se afirmar que “[...] o currículo é a expressão e a concretização do plano educacional que a instituição escolar torna realidade dentro de determinadas condições que determinam este projeto” (Gimeno Sacristán, 2013, p. 10). Assim, para esse autor, os problemas como o fracasso escolar, a desmotivação dos estudantes, a indisciplina, dentre outros, relacionam-se ao currículo e à forma como ele é oferecido.

A BE, como parte do sistema educacional, torna-se elemento essencial para o desenvolvimento do currículo, desde que seja compreendida como espaço de

aprendizagem e conhecimento, integrado ao processo pedagógico escolar para formar cidadãos autônomos, críticos e reflexivos (Gasque, 2013). Firmansyah (2022) argumenta que é nesse espaço que os estudantes são estimulados a desenvolver o interesse pela leitura, pelo LI e a expandir os talentos e as habilidades.

Sendo assim, a partir dos conteúdos de aprendizagem e das dinâmicas estabelecidas pelo currículo, “[...] as bibliotecas escolares podem acolher e subsidiar atividades de ensino variadas, transformando-se em locais não apenas de apropriação de informação, mas também de produção do conhecimento por meio de atividades colaborativas, conectadas e diversificadas” (Gasque; Casarin, 2016, p.1).

3.3.2 Categoria inicial “conceito de BE”

Sobre esse tópico, emergiram três categorias finais: “BE como Centro de Recursos Aprendizagem (CRA)”, “cooperação entre os bibliotecários e a equipe pedagógica” e “precariedade da estrutura física e ausência de bibliotecário”. Sobre a primeira categoria, os dados de pesquisa mostram que os autores dos artigos selecionados compreendem a BE como espaço de ensino-aprendizagem, constituindo-se um ambiente para promoção do conhecimento, da leitura, pesquisa, criatividade e, também, de acesso às ferramentas tecnológicas, mídias digitais e à informação; a BE disponibiliza uma diversidade de temas, pluralidade textual e variedade de materiais para auxiliar o desenvolvimento pessoal, cultural e social, sendo recurso para a formação pessoal e preparação do estudante para a vida em sociedade. Assim, a BE deve estar vinculada ao currículo e ser um local prazeroso, recreativo, de encontro e de difusão cultural. Nesse contexto, o bibliotecário deve atuar como educador.

Gasque (2013) explica que uma biblioteca atuante como CRA vincula-se ao paradigma pedagógico, que se centra na mediação e na aprendizagem, mas não exclui os paradigmas de preservação e acesso à informação, pois esses ambientes são centros de memória e compartilhamento de informações. Contudo, o objetivo principal é ajudar os usuários a transformarem informação em conhecimento e desenvolverem competências relacionadas ao LI e à leitura, além de promover o acesso à cultura.

Desse modo, Gasque e Casarin (2016) acrescentam que a tendência dos modelos de aprendizagem fundamenta-se na construção colaborativa do conhecimento, que

ênfatisa a compreensão dos conteúdos, a metacognição, a pedagogia diferenciada¹, a avaliação formativa² e as atividades de ensino em ambientes diversificados. Isso requer pensar a BE como espaço de interação, construção e compartilhamento de conhecimento, com mobiliário flexível e equipamentos/materiais para o planejamento e a realização de atividades de criação, assim como atividades formais e informais.

Outro ponto importante que contribui para o efetivo desempenho dos CRAs é a “cooperação entre bibliotecários e equipe pedagógica”. Os dados mostram que a BE é vista como um empreendimento coletivo, que requer participação da equipe pedagógica, administrativa e dos estudantes, em especial, a parceria entre o bibliotecário e os docentes torna-se essencial para o desempenho dos aprendizes.

A propósito, o documento Diretrizes para as BEs, de 2015, publicado pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) ênfatisa a importância dos vários tipos de cooperação entre o bibliotecário e a equipe pedagógica para: 1) o desenvolvimento e a implementação de serviços e programas pautados no currículo e no processo de ensino-aprendizagem; 2) a gestão da escola e dos docentes para conscientização da comunidade escolar sobre o papel da BE como parceira na aprendizagem e na oferta de serviços, recursos e produtos mediante plano de promoção escrito da BE; 3) o desenvolvimento das políticas de criação e manutenção do acervo; 4) a seleção de recursos educativos adequados e o planejamento das atividades de ensino-aprendizagem com base nesses recursos; 5) as necessidades de leitura dos estudantes na BE e em sala de aula; 6) o desenvolvimento, a avaliação e o monitoramento da capacidade de lidar eficaz e eficientemente com a informação – LI; 7) a formação dos educadores em LI; e 8) a formação dos educadores para acessar os novos materiais e tecnologias, os documentos com alterações curriculares e as novas estratégias de ensino-aprendizagem. Portanto, no que concerne ao papel educativo do bibliotecário escolar, a colaboração com os educadores (diretores, gestores, coordenadores e docentes) é essencial para potencialização da aprendizagem discente, pois há comprovação de que os aprendizes alcançam níveis mais elevados de letramento, leitura, aprendizagem, resolução de

¹ Para Perrenoud (2001), a pedagogia diferenciada, grosso modo, reside em propiciar aos estudantes a chance de aprender, independentemente, de suas origens sociais e dos seus recursos culturais. Nesse aspecto, as desigualdades diante da escola precisam ser atenuadas e o nível de ensino elevado.

² A avaliação formativa inclui as atividades realizadas, com frequência, por professores e estudantes para obtenção de informações, que possam ser usadas como diagnóstico para melhorar o processo ensino-aprendizagem (Jesus, 2024).

problemas e competências no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), quando existe trabalho cooperativo entre bibliotecários e professores (IFLA; UNESCO, 1999).

No entanto, pode haver problemas nessa colaboração entre bibliotecários e professores. Lyuba (2018), por exemplo, afirma que os professores da EB não reconhecem as atividades, que ocorrem na BE, como uma possível continuação do processo educativo e de formação de leitores. Disso resulta, na maioria dos casos, a atuação da BE somente como um repositório de informações.

A categoria “precariedade da estrutura física e ausência de bibliotecário” foi mencionada em um artigo selecionado. Todavia, essa questão é um fato incontestável. Consoante o Anuário da Educação, de 2021, a maioria das escolas não tem equipamentos básicos como a BE. No EF, somente 57% das instituições possuem bibliotecas ou salas de leitura (Todos Pela Educação, 2021). A esse respeito, seria importante verificar o entendimento do conceito de BEs e das salas de leituras por professores e diretores. As BEs precisam ser geridas por bibliotecários, terem uma estrutura básica com acesso à internet, acervo atualizado e informatizado – compatível com o número de estudantes – oferta de produtos e serviços coerentes com a proposta pedagógica e o currículo escolar.

No Brasil, a lei n.º 12.244/2010 sobre a universalização das BEs estabelece que as instituições da EB, públicas e privadas, devem ter bibliotecas, com um acervo mínimo de um título para cada estudante matriculado a partir de 2020, mas isso não ocorreu (Brasil, 2010). Recentemente, em abril de 2024, a referida lei transformou-se na lei ordinária n.º 14837/2024 “[...] para dispor sobre uma nova definição de Biblioteca Escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE)” (Brasil, 2024). Pelo texto, considera-se a “[...] BE como equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo” (Brasil, 2024). Isso por possibilitar a aquisição do conhecimento e a promoção das competências, habilidades e atitudes, que contribuem para a garantia dos direitos e das aprendizagens dos estudantes, em especial, no que concerne à leitura e escrita. O SNBE deve incentivar a implantação, integração e melhoria das BEs, assim como estabelecer parâmetros para o funcionamento delas. Ainda conforme a lei, a universalização das BEs deve ser efetivada no prazo máximo de vigência do PNE, aprovado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2024).

3.3.3 Categoria inicial “saberes necessários ao bibliotecário escolar”



Surgiram seis categorias finais. A primeira diz respeito à “capacidade de atuar como curador digital e facilitador de e-aprendizagem”. Os autores mencionam o bibliotecário como líder instrucional e profissional, que sabe usar os novos recursos tecnológicos. A categoria subsequente trata da “capacidade de atuar no processo de ensino-aprendizagem”. Nesse aspecto, foram abordadas questões como a necessidade de realizar trabalho cooperativo com a equipe pedagógica; a capacidade de integrar a BE ao currículo; o conhecimento dos conceitos pedagógicos, das discussões educativas e dos documentos norteadores do ensino. A terceira categoria relaciona-se ao “desenvolvimento de valores e atitudes”. Os dados mostram que o bibliotecário deve ser dinâmico, cooperativo e ter capacidade de tomar iniciativa, além de ter força de vontade e criatividade para transformar a BE. A quarta categoria refere-se à “capacidade de gestão”. Por fim, a última categoria menciona a “capacidade técnica” como requisito mínimo para os bibliotecários, que devem selecionar fontes de informação, tratar e disponibilizar o acesso à informação para os usuários. Por fim, um item mencionado, com muita frequência, foi a “capacidade de incentivar e explorar diferentes possibilidades de leitura”.

Essas categorias precisam ser entendidas como um conjunto de competências necessárias à atuação do bibliotecário. Isso mostra a consciência dos autores sobre a importância da formação inicial e continuada desse profissional em uma sociedade, na qual as transformações ocorrem de forma rápida e contínua.

Segundo as diretrizes da IFLA para BE (2015), a qualificação do bibliotecário inclui: 1) o planejamento e a execução de serviços; 2) a gestão do programa da BE; 3) o desenvolvimento de coleções, o tratamento e a recuperação da informação; 4) os processos de ensino-aprendizagem relacionados à informação; 5) a motivação para a leitura; 6) o conhecimento de literatura para crianças e jovens; 7) o conhecimento das deficiências, que afetam a leitura; 8) as competências de comunicação e colaboração; 9) as competências digitais e midiáticas; 10) a ética e responsabilidade social; 11) o serviço para o bem público; 12) o desenvolvimento profissional contínuo; e 13) a familiarização com a área da biblioteconomia escolar e com a sua história e valores.

Gasque (2013) argumenta que os bibliotecários devem atuar como “infoeducadores”. Em vista disso, elenca os saberes necessários para atuação profissional, em quatro competências cruciais: 1) técnica – capacidade de selecionar informações, realizar processamento técnico, disponibilizar o acervo com uso de tecnologias adequadas; 2) gerencial – envolve atividades de planejamento, contratação e formação de recursos humanos, marketing, etc.; 3) psicopedagógica – capacidade de promover atividades, criar

ambiente social favorável à aprendizagem, estimular o pensamento crítico, orientar a busca e o uso da informação, produzir projetos em parcerias com professores e incentivar a leitura e a pesquisa; e 4) social – capacidade de lidar com as pessoas, estimular as atividades culturais, aperfeiçoar o *feedback* aos membros do grupo, etc.

De maneira geral, há correspondência entre as qualificações colocadas pela IFLA (2015), os saberes elencados por Gasque (2013) e os explicitados nos artigos analisados. O que se pode observar é que a função do bibliotecário requer conhecimentos e competências variadas para assumir o papel de liderança na escola.

3.3.4 Categoria inicial “BNCC e a relação com a leitura”.

Nesse tópico, surgiram as categorias finais: a “BNCC e a leitura na BE”; “BNCC e a leitura” e o “contexto que afeta as questões de leitura na BNCC”. Destaca-se que a análise do LI na BNCC, também, incluiu artigos que tratam da leitura. Isso porque a capacidade de buscar e usar a informação associa-se ao uso de estratégias de leitura, ao desenvolvimento do pensamento crítico e à aprendizagem de procedimentos para lidar com a informação (Gasque; Silvestre, 2017).

Em relação à primeira categoria, em um dos artigos selecionados, menciona-se que o termo BE aparece apenas duas vezes na BNCC. A primeira menção ocorre na disciplina de Língua Portuguesa, na habilidade EF35LP02, que se refere a “[...] selecionar livros da biblioteca e/ou do cantinho de leitura da sala de aula e/ou disponíveis em meios digitais para leitura individual, justificando a escolha e compartilhando com os colegas sua opinião, após a leitura” (Brasil, 2018, p. 113). A segunda ocorre ao destacar as ações investigativas nas áreas de Ciências Humanas, em que as bibliotecas são compreendidas como um dos diversos ambientes educativos como o pátio, as praças, os parques, entre outros (Brasil, 2018). A partir dos fatos explicitados nos dados de pesquisa, verifica-se, então, que a BNCC designa a BE como repositório de informações e como mais um ambiente educativo como praças e pátios, etc. Essa concepção de BE é a mais tradicional possível, ainda relacionada aos objetivos de guarda e preservação do acervo, sem considerar a evolução do conceito ao longo do tempo. Isso demonstra, no mínimo, desconhecimento por parte dos participantes que leram, avaliaram ou desenvolveram a BNCC sobre a importância da contribuição da BE para o desempenho dos aprendizes.

Em relação à categoria “BNCC e a leitura”, os resultados da análise mostram que a BNCC é reconhecida como o documento orientador das práticas de leitura na BE. A leitura

é compreendida como a interação ativa entre o leitor com os textos diferenciados e pode ser classificada em seis tipos: 1) como fruição; 2) como pesquisa; 3) para realização de procedimentos; 4) como busca de conhecimento; 5) como sustentação para a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; e 6) para ter mais conhecimento (Brasil, 2018). Um ponto importante destacado em um artigo é relativo à manutenção dos livros de literatura infantil na sala de aula, em detrimento da BE, o que pode implicar no desconhecimento e na desvalorização desse tipo de obra na BE e na escola.

Na BNCC, o termo “leitura” é mencionado 305 vezes e remete ao trabalho em diversos componentes curriculares, conforme o Parecer CNE/CEB n.º 11/2010. As oportunidades de exercício da leitura e da escrita, de modo significativo, são construídas mediante os conteúdos dos diversos componentes curriculares. Mas cabe ao componente curricular de Língua Portuguesa relacionar “[...] os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses” (Brasil, 2018, p. 67).

Nessa perspectiva, a leitura é entendida em um sentido mais amplo, que abrange além do texto escrito, imagens estáticas, por exemplo, foto, pintura, esquema, etc., ou em movimento como filmes e vídeos, assim como o som (música) presente em muitos gêneros digitais. Dessa forma, vislumbram-se várias possibilidades de atividades, que podem ser realizadas em parceria com a biblioteca e o bibliotecário. Aliás, Salcedo e Stanford (2016) argumentam que a BE constitui-se um espaço pedagógico para realização das práticas de leitura e de contribuição para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

A última categoria de análise diz respeito ao “contexto que afeta as questões de leitura na BNCC”. Na verdade, os autores dos textos analisados elencam vários fatores que se tornam obstáculos para a formação do leitor crítico, os quais podem ser divididos em três grupos. O primeiro remete à desarticulação entre as políticas relacionadas ao livro, BEs e EB. O segundo grupo vincula-se ao desprestígio dos educadores e às estruturas das escolas do ensino público no Brasil. Por fim, relatam a pouca compreensão sobre o significado da BE no mundo contemporâneo.

No documento Diretrizes da IFLA para BE, os serviços e produtos desse espaço devem estar disponíveis para toda a EB. A BE apoia o letramento e a leitura em todos os níveis de ensino, visto que o desempenho de crianças e jovens como leitores depende do acesso aos materiais de leitura e de privilegiar as preferências de cada leitor ao reconhecer o direito de escolher o que quer ler. Crianças e jovens, com dificuldades de leitura, podem encontrar materiais alternativos na BE, por intermédio da cooperação entre o bibliotecário

e os professores especializados. Além do mais, os bibliotecários podem contribuir com a leitura em sala de aula, mediante oferta de materiais variados e promoção de projetos de leitura e eventos culturais (IFLA, 2015).

3.3.5 Categoria inicial “BNCC e a Pesquisa/LI”

Sobre esse tema, surgiram duas categorias finais, sendo a primeira “A BNCC e a pesquisa” e a segunda “A contribuição da BE no processo de pesquisa”. Em relação à primeira categoria, um dos artigos selecionados considera que a BNCC incentiva a pesquisa, pois há diversas menções sobre o termo e o uso crítico da informação. No entanto, a BNCC destaca somente o papel dos professores nesse processo.

A BNCC (Brasil, 2018), nas Competências Gerais da EB, menciona sobre a importância do exercício da curiosidade e de investigação para buscar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções com base nos conhecimentos das diferentes áreas. Outra competência essencial trata-se do uso das tecnologias para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas. Essas duas competências estão muito relacionadas, pois em qualquer processo de pesquisa e produção de conhecimento é necessário saber buscar e usar a informação de forma eficaz e eficientemente.

Muitas menções, ao termo “pesquisa” na BNCC, não se vinculam ao processo investigativo – como delimitar o problema, descrever os objetivos, buscar e selecionar informações para revisar a literatura sobre o assunto, descrever a metodologia, apresentar os resultados e as conclusões. Esses procedimentos, em geral, estão associados as situações mais pontuais, como coleta, apresentação e organização de informações. Os processos de investigação aparecem mais no componente de Língua Portuguesa, no “Campo das práticas de estudo e pesquisa”. Aparecem, também, nas Competências Específicas de Ciências, no item dois, que trata do domínio das “Práticas e procedimentos da investigação científica”. Entretanto, pouco aparecem nas habilidades tanto do EF do segundo ao quinto ano, quanto do sexto ao nono ano. Portanto, a ideia de pesquisa na BNCC parece não intencional a globalização do conhecimento e propiciar o processo de aprender a buscar e a usar informação.

Destaca-se que o aprender a pesquisar, grosso modo, relaciona-se aos enfoques globalizadores, que possibilitam uma visão mais ampla, integrada e significativa do conhecimento, considerando as experiências dos estudantes. Tais perspectivas remontam

ao final do século XIX e meados do século XX, cujos precursores foram Decroly, com os Centros de Interesse; o Método de Projetos de Dewey e a divulgação deles por Kilpatrick; o Método de Investigação do Meio proposto pelo Movimento de Cooperação Educativa (MCE); e os Projetos de Trabalho Global, evolução do *Projects Works* (Zabala, 2002). No Brasil, esses movimentos surgem com a Escola Nova no início do século XX, com objetivo de buscar novas formas de ensino-aprendizagem, a partir das ideias filosóficas e pedagógicas de Dewey, presentes no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932, em São Paulo (Bevilaqua, 2014).

Diferente das propostas mencionadas acima, Ribeiro e Ramos (2017) mostram que a concepção de pesquisa adotada na BNCC não possibilita que os estudantes partam da própria experiência e tomem decisões sobre a escolha do assunto, que querem aprender e como querem aprender. A ideia de pesquisa vincula-se às atividades experimentais associadas com questões práticas, que requerem solução rápida. Os autores concluem que a BNCC constitui-se uma listagem de conteúdos a ser aplicada pelos professores, sem apresentar propostas pedagógicas transformadoras do ensino tradicional na educação brasileira.

A segunda categoria aborda “A contribuição da BE no processo de pesquisa”. Em um artigo analisado, menciona-se que a BE pode estar integrada ao currículo escolar no processo de pesquisa. Isso porque algumas habilidades de LI estão presentes, parcialmente, na BNCC, além de diversas outras que estão na formação acadêmica do bibliotecário.

Stripling (2020) argumenta que o ensino-aprendizagem baseado em investigação pode ser muito complexo até para os estudantes com maior talento acadêmico. Isso ocorre pelo fato de os aprendizes, de maneira geral, estarem habituados a lidar com um currículo prescrito com respostas claras, certas e erradas, no meio de um corpo definido de conhecimento. Quando eles têm que decidir o próprio caminho, escrever as suas perguntas, avaliar a informação que encontram e extrair os próprios entendimentos, podem tropeçar, a menos que recebam uma orientação sobre como lidar com essa situação.

Mais ainda, Stripling (2020) afirma que a pesquisa/LI pode ser a ferramenta mais importante do bibliotecário escolar para concretizar uma visão de capacitação e aprendizagem dos discentes. Ao integrar totalmente a pesquisa nas BEs, esse profissional pode ajudá-los aprender a aprender, responder perguntas e estimular a aprendizagem e a criatividade. Nessa visão de capacitação, é possível observar o impacto da biblioteca na

aprendizagem dos estudantes, bem como potencializar a transformação deles em cidadãos independentes e pensadores críticos.

3.3.6 Categoria inicial “problemas sobre a BNCC”

As categorias finais emergentes foram “a omissão da BE pela BNCC”; “a BE como parte do currículo oculto ou como atividades extracurriculares e não sistematizadas”; “ausência de interlocução entre os programas governamentais”; “formação de leitores na BE”, “a leitura por fruição e o acervo”; e, “críticas, oposição e o debate amplo e necessário com a sociedade”.

Em relação à categoria “omissão da BE pela BNCC”, foram mencionados vários aspectos, por exemplo, a anulação de ações pedagógicas na BE; pouca valorização da BE como espaço de aprendizagem e estímulo à leitura; ausência de bibliotecário e a visão da BE como um ambiente educativo passivo. Mais ainda, segundo os artigos analisados, a formação relacionada ao uso das tecnologias, à produção e ao compartilhamento de informação está fundamentada no tripé “professor-aluno-sala de aula”.

Realmente, observa-se que há somente duas menções ao termo biblioteca na BNCC. A primeira, como lugar para selecionar livros; e a segunda, como local educativo passivo. Em nenhuma seção da BNCC, esse ambiente aparece como potencializador da aprendizagem. Paradoxalmente, algumas competências de leitura e do LI estão difusas no documento, isso mostra haver o reconhecimento da importância delas. São elas: uso da informação de forma crítica; uso das TICs; aspectos éticos de uso e do compartilhamento da informação; leitura; comunicação da informação; capacidade de problematização e argumentação; desenvolvimento da autonomia; uso de fontes impressas e digitais; confiabilidade da informação e *fake news* (Brasil, 2018).

A desvalorização da BE é uma questão crítica a ser abordada, principalmente, ao tratar-se de um documento produzido cooperativamente por pesquisadores e professores da área de educação, mais ainda por ser validado pelo MEC. Há reconhecimento na literatura educacional da relevância dos enfoques globalizadores e contextualizados no processo ensino-aprendizagem, os quais estão voltados para a resolução de problemas e procedimentos investigativos (Hernandez; Ventura, 1998; Zabala, 2002; Dewey, [1938] 2010; Gasque, 2016). Neste contexto curricular, segundo Dewey ([1938] 2010), a aprendizagem emerge das experiências do aprendiz, que despertam uma busca ativa por informações. Tal atividade exige o desenvolvimento de competências específicas, que se iniciam em uma BE, como a busca, a seleção, organização e comunicação da informação,

as quais devem ser consideradas conteúdos de aprendizagem.

Os resultados de pesquisa apontam que as ações da BE estão no campo das experiências extracurriculares e não sistematizadas, ou seja, algumas atuam como parte do currículo oculto. Para Araújo (2018), o currículo oculto refere-se ao conjunto de valores, atitudes, comportamentos e normas não declarados explicitamente nos currículos escolares, transmitidos de forma implícita aos estudantes. Embora o currículo oculto não esteja formalmente planejado ou escrito, ele desempenha papel crucial na educação e no desenvolvimento dos estudantes. Tal fato exige a necessidade de estudos sobre o tema, uma vez que esses ensinamentos influenciam a formação da identidade dos estudantes.

Outro problema mencionado, em um dos artigos pesquisados, relaciona-se à “ausência de interlocução entre os programas governamentais”. Entende-se que esses programas foram criados em momentos diferentes, sendo esperadas discordâncias ou discrepâncias entre eles, porém, em caso de alto grau de discrepância, recomenda-se uma avaliação pormenorizada, por meio de amplo debate entre as esferas envolvidas.

No que concerne à leitura por fruição³, os dados mostram que na BNCC aparecem os termos “leitura”, “letramento” e “formação de leitor”, mas com destaque para o letramento. Neste contexto, as práticas de linguagem estão voltadas para o uso social da língua ou apreensão do código linguístico. Assim, a vinculação do Programa Nacional do Livro Didático (PLD) ao BNCC considera somente os temas definidos pelo governo a serem lidos pelos estudantes.

Quanto a isso, evidencia-se que um bom acervo de literatura atrai as crianças e os jovens para a biblioteca (Campello *et al.*, 2010), que podem ter contato com obras de leitura, além do estabelecido pelo currículo escolar, com inclusão de livros para a fruição. Conforme a IFLA (2015), as atividades associadas ao incentivo à leitura abrangem vertentes cognitivas e socioculturais de aprendizagem. Partindo do princípio de que existe relação direta entre o nível de leitura e os resultados da aprendizagem, o acesso a um acervo diversificado, atualizado, em quantidade suficiente e adequado aos leitores em formação, constitui-se fator-chave na formação de leitores competentes. Destarte, os bibliotecários devem garantir oportunidades de leitura aos estudantes em sala de aula e na biblioteca

³ De acordo com Geraldi (2011), leitura por fruição é aquela associada ao prazer, ao ler por ler, gratuitamente. Nesse tipo de leitura, há o “desinteresse” do professor pelo controle do resultado.

para aprenderem a selecionar obras e partilhar com os outros as leituras. Além disso, a divulgação do acervo e a organização de eventos, que promovem a leitura, podem propiciar situações favoráveis para os envolvidos no âmbito escolar.

Por fim, a última categoria surgida aborda as “críticas, oposição e o debate amplo e necessário com a sociedade”. Foram descritos em um dos artigos analisados, os seguintes aspectos: tratamento enviesado e lacunar dos saberes; a forte resistência e oposição entre as entidades científicas educacionais em relação ao discurso celebratório da BNCC; o baixo impacto dos documentos elaborados sem o debate amplo com a sociedade; e a subalternização do diálogo com as comunidades, pontuada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Consta na BNCC (Brasil, 2018), que a elaboração do documento foi fundamentada nas leis educacionais vigentes no país e contou com a participação de várias entidades e dos representantes de diferentes segmentos envolvidos com a EB nas esferas federal, estadual e municipal, além de pesquisadores estrangeiros. As discussões foram encerradas em 2018. No entanto, de acordo com Barbosa *et al.* (2018), os debates foram compreendidos como “falsamente participativos”, pois alguns grupos de especialistas foram privilegiados, em prejuízo da ampla sociedade organizada. Por conseguinte, importantes conhecimentos teórico-práticos, produzidos por pesquisadores, professores e entidades, sobre a questão curricular não foram considerados. Ainda se observa que associações importantes como a ANPEd e Associação Brasileira de Currículo (ABdC) fizeram sérias críticas ao documento sobre várias questões, inclusive a metodologia da construção da BNCC:

[...] a consulta se dá em ritmos de adequação do já definido, e novamente, num reforço da centralidade da lógica conteudista, em acrescentar ou modificar a seção desse ou daquele conteúdo. Tal modelo de consulta provoca uma distorção em que as discordâncias são minimizadas, criando um sentido de obra coletiva que em verdade não se efetiva (ANPEd; ABdC, 2015, p. 7)

Assim, observa-se uma grande lacuna na elaboração da BNCC (Brasil, 2018) nas questões citadas e, também, na contribuição da BE para o desempenho dos estudantes. A respeito disso, foram desconsideradas pesquisas produzidas no Brasil e em países como Estados Unidos da América, Inglaterra, Canadá, Austrália e Finlândia sobre a importância da BE no ensino-aprendizagem. Torna-se necessária uma aproximação política e pedagógica entre a Biblioteconomia e a Educação. Os bibliotecários e pesquisadores da

área precisam estar presentes na construção dos documentos oficiais vinculados à educação, leitura e ao LI/pesquisa escolar.

3.3.7 Categoria inicial “propostas em relação à BNCC”

Surgiram as seguintes categorias finais: “colaboração bibliotecário-escola”, “produtos e serviços: dinamicidade da biblioteca”, “investimentos na BE”; “atividades de LI realizadas em Língua portuguesa”.

Sobre o primeiro tópico, apareceram discursos sobre a necessidade de colaboração entre as BEs e a comunidade escolar; coesão entre o que é vivenciado na escola com os produtos e serviços da BE; práticas pedagógicas desenvolvidas na BE correlacionadas com as diretrizes da BNCC; e trabalho integrado entre bibliotecário, professor e coordenador. A respeito disso, verificam-se possibilidades de um trabalho conjunto entre bibliotecários e a equipe pedagógica, que facilite a atuação da BE como um CRA. Kammer *et al.* (2021) afirmam que esse tipo de cooperação, multifuncional⁴, tem potencial de melhorar o desempenho dos aprendizes na maioria das áreas temáticas.

A pesquisa de Kammer *et al.* (2021) explicita que os bibliotecários precisam usar várias estratégias para melhorar a colaboração com a equipe educativa como: obtenção do aval do diretor da escola; compartilhamento de ideias e propostas com os educadores; clareza do papel da BE e de sua utilização. Além disso, usar um plano de colaboração como guia para consulta dos educadores, assim como coletar dados dos professores para entender melhor sobre a concepção de colaboração desses profissionais e como isso pode melhorá-la no futuro.

Outra categoria surgida na análise de conteúdo relaciona-se com os “produtos e serviços: dinamicidade da biblioteca”. Nos artigos analisados, foram sugeridas estratégias vinculadas à leitura, ao LI e às atividades culturais. As sugestões, de maneira geral, estão em sintonia com a literatura da área. Almeida (2019), por exemplo, sugere que a BE precisa organizar projetos, que incluam a realização de exposições de artes; cursos de pintura; recitais de poesias; sessões de cinema; hora do conto; rodas de leitura; entrevistas com personalidades; apresentações de peças teatrais; orientações sobre como pesquisar e utilizar o material da biblioteca. Da mesma forma, Gomes e Dantas (2021), ao tratarem

⁴ Colaboração multifuncional é aquela que ocorre entre pessoas que buscam objetivos semelhantes, têm posição hierárquica relativamente semelhante na organização, mas têm funções de trabalho diferentes (Kammer *et al.*, 2021).

sobre a dinamização das BEs, sugerem que a união de diversas artes, como a música e o teatro, pode potencializar o ensino-aprendizagem. Por sua vez, as diretrizes da IFLA para BE (IFLA, 2015) salientam que os programas e as atividades desenvolvidas nesse espaço devem abranger o letramento e a promoção da leitura; o letramento informacional e midiático; as atividades de aprendizagem baseadas em investigação; a integração da tecnologia; a formação de professores e a valorização da literatura e da leitura.

Em relação aos “Investimentos na BE”, foram mencionados os itens: contratação de bibliotecários; junção do laboratório de informática com a biblioteca; investimentos nos acervos digitais, nas inovações tecnológicas e em recursos humanos; investimentos em arquitetura escolar. Nesse aspecto, observa-se que as restrições orçamentárias representam um desafio para manter e aprimorar os recursos e serviços da biblioteca. Por isso, as diretrizes da IFLA para BE (2015) defendem a necessidade de uma dotação orçamentária adequada, consoante a realidade local. As despesas do orçamento devem estar relacionadas com o projeto educativo e traduzir-se em investimentos na formação da comunidade educativa. É fundamental considerar que a dimensão e a qualidade dos recursos humanos da BE e a disponibilização do acervo são os melhores preditores do sucesso escolar. Ademais, há relação entre o desempenho nos testes padronizados dos estudantes com a quantidade de recursos humanos na BE e a qualidade dos serviços e produtos oferecidos.

A última categoria associada com as propostas em relação à BNCC foi “Atividades de LI realizadas em Língua Portuguesa”, mencionadas em um dos artigos selecionados, que remetem a um roteiro de atividades. Os professores desse componente curricular podem realizá-lo em sala de aula para trabalhar os padrões do LI, com destaque para as notícias falsas.

Concorda-se que a ideia é relevante, mas precisa ser compreendida como uma ação, em um programa mais amplo de LI. Isso porque não é possível apreender os conteúdos de LI, apenas por meio de um roteiro, dada a abrangência e complexidade dos conteúdos. Para a ACRL (2000, p. 2, grifo nosso), o LI forma a base para a aprendizagem ao longo da vida e “[...] *é comum a todas as disciplinas, a todos os ambientes de aprendizagem e a todos os níveis de ensino*”. Permite, pois, que os estudantes dominem o conteúdo e ampliem suas investigações, tornem-se mais autogeridos e assumam maior controle sobre a própria aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as relações entre a BNCC e a implementação do LI no currículo do EF – Anos Iniciais e Anos Finais. Teve como objetivos específicos: (1) descrever os principais aspectos da BNCC no contexto do EF; (2) analisar documentos científicos, que relacionam os temas BNCC e LI no contexto do EF, e por fim, (3) identificar as implicações da BNCC para implementação do LI no currículo do EF.

A BNCC tem caráter normativo, contendo os objetivos e as aprendizagens essenciais, que devem constar nos currículos das instituições educativas brasileiras, mediante o uso de diretrizes e leis como a LDB e as DCNs. Cada currículo elaborado precisa conter os objetivos previstos na BNCC, a serem complementados pela parte diversificada, compondo um todo integrado. A parte diversificada deve assegurar a contextualização dos conteúdos, em consonância, com as diferentes realidades. Portanto, o currículo precisa ser flexível para que se possa acrescentar, adicionar ou excluir conteúdos. Portanto, é possível trabalhar os conteúdos do LI distribuídos nos componentes curriculares ou de forma transversal, por exemplo. No entanto, pesquisas indicam que o ensino por meio de métodos globalizantes tornam a aprendizagem mais significativa, por valorizar a experiência do estudante, propiciar autonomia, responsabilidade e estimular a motivação.

Foram analisados oito documentos alusivos, direta ou indiretamente, com a questão do LI e da BNCC. A partir da análise de conteúdo, emergiram as categorias: 1) “BNCC e as BE”; 2) “conceito de BE”; 3) “saberes necessários ao bibliotecário escolar”, 4) “políticas públicas relacionadas à BE, à leitura e ao LI”, 5) “relação BNCC e Leitura”; 6) “relação BNCC e LI/Pesquisa”; 7) “problemas sobre a BNCC” e 8) “propostas em relação à BNCC”, que resultaram em 25 categorias finais.

A análise das categorias mostra que nos artigos selecionados, há o reconhecimento de que a BNCC estabelece os objetivos e as aprendizagens fundamentais, que devem compor o currículo no Brasil. A BE é vista como parte integrante dos sistemas e redes educacionais, o que implica participar dos seus objetivos, das metas e dos fins. Nesse sentido, a BNCC é um dos documentos norteadores para as BEs, juntamente com a proposta pedagógica, os planos anuais, semestrais e os planos de aulas dos professores. As BEs devem atuar como CRA para: auxiliar a formação docente, propiciar o gosto pela leitura, o desenvolvimento de programas e ações de LI, valorizar as atividades culturais e

trabalhar em parceria com a equipe pedagógica, e em benefício da comunidade escolar. Para tanto, as BEs precisam de estrutura adequada, investimentos em tecnologias e acervos e a presença de bibliotecários. Por sua vez, os bibliotecários escolares precisam desenvolver vários tipos de saberes e competências, que podem ser agrupados em quatro grandes categorias: competências técnicas, gerenciais, psicopedagógicas e sociais.

Observa-se que as políticas públicas relacionadas à educação, leitura e as BEs afetam diretamente a estrutura, os serviços e produtos oferecidos, a contratação e formação de bibliotecários e a relação com a comunidade escolar. Assim, é preciso repensar essas políticas e melhorar a interlocução entre elas, prever investimentos e avaliar o sistema com frequência. No Brasil, em especial, a falta de políticas públicas adequadas, a concepção de biblioteca como local de armazenamento de livros e a ausência de investimentos explicam a situação precária da BE e de sua ausência em quase metade das instituições educacionais.

Percebe-se que as BEs têm forte tradição vinculada aos programas e às atividades de leitura. No entanto, isso não foi suficiente para serem consideradas, na BNCC, como recursos de aprendizagem. No documento, aparecem menções ao termo “leitura” centenas de vezes, mas a responsabilidade principal da formação do leitor vincula-se ao componente de Língua Portuguesa. Porém, essa formação precisa ser um projeto global do país, com envolvimento das famílias, escolas, bibliotecas e da sociedade. A BE pode contribuir fortemente na aquisição e promoção do acervo, na preparação de atividades lúdicas e culturais, assim como no ensino de estratégias de leitura, dentre outras.

O LI ainda não tem o mesmo reconhecimento que a leitura nas BEs. Vários fatores contribuem para esse fato: como a falta de formação dos bibliotecários, o desconhecimento do conceito de LI pela sociedade e a própria concepção de pesquisa explicitada na BNCC, em que as pesquisas são apresentadas como meios para aquisição de conteúdos, sem enfatizar a necessidade do conhecimento dos procedimentos, das atitudes e dos valores adequados para buscar, usar e compartilhar informação.

Foram observados vários problemas com a elaboração da BNCC, sendo o principal a ausência de um debate amplo com a sociedade. Faltaram representantes vinculados às diversas áreas, como bibliotecários, especialistas em leitura, entre outros, para a elaboração do documento.

A relação entre o LI e a BNCC passam pela colaboração bibliotecário-escola, oferecimento de produtos e serviços que propiciem a dinamicidade da biblioteca, o reconhecimento e a ressignificação da BE pelos documentos oficiais do governo e dos

sistemas de ensino. A colaboração entre esses profissionais passam pelo conhecimento de como a BE pode contribuir no processo ensino-aprendizagem e a adoção de currículos flexíveis e globalizadores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. R. **Desdobramentos das políticas públicas para as bibliotecas escolares em escolas do município de Araguaína/TO**. 2019. 227f. Tese (Doutorado em Letras: ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras: ensino de Língua e Literatura, Araguaína, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1672>. Acesso em: 15 jun. 2023.

ARAÚJO, V. P. C. O conceito de currículo oculto e a formação docente. **Revista de Estudos Aplicados à Educação**, São Caetano do Sul, v.3, n. 6, jul./dez., 2018. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/5341/2589. Acesso em: 22 jun. 2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CURRÍCULO. **Exposição de Motivos: BNCC-EM**. 2015. Rio de Janeiro: ANPED: ABdC, 2015. Disponível em: <https://ced.ufsc.br/files/2015/10/Exposi%C3%A7%C3%A3o-de-Motivos-a-BNCC-ANPED-e-ABdC.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Information Literacy Competency Standards for Higher Education**. Illinois: ACRL, 2000. Disponível em: <https://alair.ala.org/server/api/core/bitstreams/ce62c38e-971a-4a98-a424-7c0d1fe94d34/content>. Acesso em: 20 jun. 2021.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Illinois: ACRL, 2016. Disponível em: <https://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BARBOSA, I. G.; SILVEIRA, T. A. T. M.; SOARES, M. A.; ARRUDA, L. B. A BNCC e a regulação da BNCC: perspectiva crítica. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO, 2018, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: FNPE, 2018. Disponível em: https://www.fnpe.com.br/docs/apresentacao-trabalhos/eixo-01/IVONE_GARCIA_BARBOSA.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEVILAQUA, A. P. John Dewey e a Escola Nova no Brasil. **Ciência & Luta de Classes**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 2014. Disponível em: <https://revistaclc.ceppes.org.br/online/article/view/29>. Acesso em: 01 set. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 12244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 14.837, de 8 de abril de 2024**. Altera a Lei n.º 12.244, de 24 de maio de 2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília: Diário Oficial da União, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (SEB). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/ SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

CAMPELLO, B. (coord.). **Biblioteca escolar como espaço de produção de conhecimento**: parâmetros para bibliotecas escolares. Autêntica: Belo Horizonte, 2010.

CERIGATTO, M. P. Promovendo a literacia midiática e informacional no contexto emergente da desinformação: proposta para o Ensino Fundamental. **Revista Observatório**, Palmas, v. 6, n. 6, 2020. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/561f/294553228b92dc99e7b211e3594b178250c2.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2023.

DEWEY, J. **Experiência e Educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

DUARTE, Y. M. A Base Nacional Comum Curricular e as possibilidades para a biblioteca escolar. **Revista Eletrônica da ABDF**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 29-47, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/166244>. Acesso em: 16 mai. 2023.

FIRMANSYAH, F. School Library: Between Hope and Reality. **PPSDP International Journal of Education**, Bengkulu, v. 1, n. 2, p. 279–290, 2022. Disponível em: <http://ejournal.ppsdp.org/index.php/pijed/article/view/25>. Acesso em: 11 jul. 2023.

GASQUE, K. C. G. D. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, 2012. 178 p. *E-book*. Disponível em: http://www.rlbea.unb.br/jspui/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

GASQUE, K. C. G. D. Centro de Recursos de Aprendizagem: biblioteca escolar para o século XXI. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. Inf**, Campinas, v.11, n.1, p.138-153, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://polaris.bc.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/565>. Acesso em: 22 mar. 2024.

GASQUE, K. C. G. D. Information literacy for inquiry-based learning. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 253-262, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/ZvkhHtrT5FgQvHbcbBXWGrJ/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 27 jul. 2023.

GASQUE, K. C. G. D. Metacognição no processo de letramento informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p.177-195, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/655>. Acesso em: 24 mar. 2024.

GASQUE, K. C. G. D.; CASARIN, H. de C. S. Bibliotecas escolares: tendências globais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, p. 36–55, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/60697>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GASQUE, K. C. G. D.; SILVESTRE, F. M. Competência leitora nas bibliotecas escolares. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, p. 79-105, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/68642>. Acesso em: 23 jul. 2023.

GERALDI, J. W. (org.). 5. ed. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2011.

GIMENO SACRISTÁN, J. (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GOMES, A. M.; DANTAS, J. Música e teatro: estratégias de dinamização de atividades em bibliotecas. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 20, n. 1, p. 190-205, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/197500>. Acesso em: 2 jun. 2023.

GOULART, I. C. V.; MAZIERO, M. D. S.; DALCIN, A. R.; CABRAL, G. R. Os (des)equilíbrios dos espaços escolares da leitura: um olhar para o PNBE. **Linha mestra**, Campinas, v.16, n.46, 2002. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/196199>. Acesso em: 13 mai. 2023.

HANSON, M. J.; MCNAMEE, D. J. **Efficient Reading Papers in Science and Technology**, revised 1999. Disponível em: <https://www.isi.edu/~johnh/TEACHING/CS551/ARCHIVE/Hanson99a.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **IFLA/UNESCO School Library Manifesto: The School Library in Teaching and Learning for All**. Haia: IFLA, 1999. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/ifla-unesco-school-library-manifesto-1999/>. Acesso em: 4 ago. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **The IFLA School Library Guidelines**. 2 nd revised edition. Netherlands: IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2024.

JESUS, G. R. Avaliação formativa: limites e possibilidades. **Communitas**, Rio Branco, v. 8, n. 18, p. 370–384, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/7431>. Acesso em: 11 jun. 2024.



KAMMER, J.; KING, M.; DOHAHAY, A.; KOEBERL, H. Strategies for successful school librarian and teacher collaboration. **School Library Research**, Chicago, v.24, 2021. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1292862.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

LINPISK, B.; CRISTOVAM, P. A biblioteca escolar como agente potencializador do processo ensino-aprendizagem. **Biblioteca Escolar em Revista**, São Paulo, v. 7 n. 2, p. 61-81, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/178594>. Acesso em: 02 jun. 2023.

LYUBA, D. Library departments of children and juvenile literature - non-formal learning in the shadow of the official Education System. **Pedagogika-pedagogy**, Sofia, v. 90, n. 7, 2018, p. 936-942. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/journal-detail?id=1678>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MELO, A. M. R. Sobre asfalto e flores: livro, leitura, literatura e biblioteca no Brasil pós-golpe de 2016. **Revista Investigações**, Recife, v. 31, n. 2, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/238171>. Acesso em: 10 mai. 2023.

PEREIRA, G.; CAETANO, A. M. P.; SANTANA, M. V. B.; MORET, R. T. L.; RIBEIRO, T. J. O lugar da biblioteca e do bibliotecário na Base Nacional Comum Curricular. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 15, p. e02110, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/11500>. Acesso em: 29 mai. 2023.

PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

RAMIRES, A. Q.; FUJITA, M. S. L. A leitura no ensino fundamental na perspectiva da BNCC e a relação com a biblioteca escolar. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 1, p. 64-83, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/196199>. Acesso: 2 jun. 2023.

RIBEIRO, M. E. M.; RAMOS, M. G. A pesquisa em sala de aula no âmbito do ensino de Ciências: a perspectiva da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental. *In*: ENCONTRO DE DEBATES SOBRE O ENSINO DE QUÍMICA, 37., 2017, Rio Grande do Sul. **Anais [...]**. Rio Grande do Sul: FURG, 2017. Disponível em: <https://edeq.furg.br/images/arquivos/trabalhoscompletos/s12/ficha-227.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SALCEDO, D.; STANFORD, J. O incentivo da leitura na biblioteca escolar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 27-44, 2016. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/377>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SILVA, E. V. **O processo de integração entre a Biblioteca escolar e o currículo**. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31679>. Acesso em: 29 mai. 2023.

STRIPLING, B. K. Advocating for the " Why" of School Libraries: Empowering Students through Inquiry. **Knowledge Quest**, Memphis, v. 48, n. 4, p. 14-20, 2020. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1250013.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro de Educação Básica, 2021**. São Paulo: Moderna, 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

VIEGAS, E. R. S.; SANTANA, C. F. P. Á.; NODA, C. M. C. Concepção de currículo como construção histórico-social: breves considerações. **Horizontes, Revista de Educação**, Dourados, v. 9, n. 16, p. 1–11, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/13105>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ZABALA, A. **Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar**. Porto Alegre: Penso, 2002.

NOTAS

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: K. C. G. D. Gasque

Coleta de dados: K. C. G. D. Gasque

Análise de dados: K. C. G. D. Gasque

Discussão dos resultados: K. C. G. D. Gasque

Revisão e aprovação: K. C. G. D. Gasque

Caso necessário veja outros papéis em: <https://credit.niso.org>

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Encontros Bibli** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Edgar Bisset Alvarez, Ana Clara Cândido, Patrícia Neubert, Genilson Geraldo, Jônatas Edison da Silva, Mayara Madeira Trevisol, Edna Karina da Silva Lira e Luan Soares Silva.



HISTÓRICO

Recebido em: 24-03-2024 – Aprovado em: 15-10-2024 – Publicado em: 29-11-2024

